

# PREÇOS DE ALIMENTOS E RENDA DO CONSUMIDOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES<sup>1</sup>

Celso Luis Rodrigues Vegro<sup>2</sup>  
José Luiz Teixeira Marques Vieira<sup>3</sup>  
Flavio Condé de Carvalho<sup>4</sup>  
Nilda Tereza Cardoso de Mello<sup>5</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

Ao longo das duas últimas décadas observou-se significativa instabilidade na oferta de alimentos no País, com flutuações de curto prazo na produção, gerando ora excedentes exportáveis, ora a necessidade de importações maciças.

Esse período caracterizou-se por intenso processo de modernização da produção, processamento e distribuição de produtos agrícolas; por alterações nas políticas de abastecimento, quando foram implementados mecanismos de regulação, intervenção e controle seguidos de momentos de liberalização; e por forte instabilidade derivada das políticas macroeconômicas implementadas para o combate à inflação.

Concomitantemente, a estrutura agroindustrial do País se consolidou, alterando profundamente a dinâmica da apropriação de novas tecnologias e a substituição de produtos alimentares tradicionais. Observaram-se, também, mudanças na estrutura empresarial através da entrada de novas firmas nacionais e estrangeiras, aproximando esse ramo da indústria do nível prevalente no mercado internacional. Entretanto, diagnóstico do setor, realizado em 1987, detectou grande heterogeneidade tecnológica entre distintos ramos agroindustriais, sendo considerado o de maior atraso o ramo de preparação do leite e fabricação de laticínios, com Índice de Atualização Tecnológica (IAT) de apenas 14%. Para a indústria alimentar como um todo o IAT foi de 60% (PROGRAMA, 1992).

No âmbito do setor agrícola, a evolução dos produtos destinados ao processamento agroindustrial mostrou tendência de crescimento da produção bastante acentuada. Entre os quadriênios 1970-73/75<sup>6</sup> e 1987-90 houve crescimento de 227% na produção de laranja, 220% na de soja, 200% na de cana-de-açúcar, 152% na de tomate e 67% na de milho (BALANÇO,

1978-1991), enquanto a população brasileira cresceu 50% no período 1970-90 (CENSO, 1991). Os principais produtos alimentares básicos, entretanto, apresentaram, em geral, crescimento menos expressivo da produção (13% para feijão, 0,9% para mandioca e 54% para arroz), no mesmo período. Apenas a produção de trigo, subsidiada em grande parte do período, apresentou crescimento de 168%.

Na ponta do consumo, a pauta de produtos se diversificou e se diferenciou, com o crescimento da participação de produtos industrializados de elevado grau de processamento.

Assim, a cesta básica "passou a incorporar alimentos mais elaborados, a partir do beneficiamento e transformação industrial dos produtos agrícolas, portanto com maior valor agregado" (MALUF, 1992). Essa constatação, segundo aquele autor, conduziria os alimentos ao restrito círculo de empresas oligopolistas com capacidade de formar seus preços e, dessa forma, pressionar para cima o preço da cesta básica. Concomitantemente, a modernização e a expansão dos equipamentos de distribuição geraram ganhos de escala que não foram transferidos aos preços dos alimentos.

A repercussão do custo dos alimentos no poder de compra dos salários e no desenvolvimento econômico foi discutida por VEIGA (s.d.). O autor analisou de forma comparativa a evolução dos preços dos alimentos nos Estados Unidos, no Japão e no Brasil, concluindo que a redução dos preços nos dois primeiros foi crucial para o estabelecimento de um desenvolvimento econômico mais acelerado (com rápido aumento de produtividade e substanciais mudanças nos padrões de consumo). Conclui ainda que, utilizando-se do deflator Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC-FIPE), para o caso brasileiro, "prevaleceu uma

tendência à elevação dos preços reais de alimentos há mais de trinta anos", inviabilizando um modelo de desenvolvimento econômico em bases sólidas e com equidade social.

O peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados assumiu caráter estratégico na demanda de produtos não alimentares no sistema capitalista. A idéia de alimento como bem-salário foi estudada, entre outros, por NEVES (1992), que enfatizou a necessidade de se entender a produção de alimentos em um "contexto amplo, que englobe toda a cadeia agroalimentar...o mau funcionamento de um dos segmentos carrega ineficiências que se transferem para outros e, assim, sucessivamente<sup>7</sup>".

MELO (1990), por outro lado, alerta para a necessidade acentuada de crescimento da produção agrícola na atual década, na hipótese de retomada do crescimento econômico. Considera, ainda, que num cenário de crescimento econômico com distribuição de renda (cenário social), a repercussão sobre o consumo de alimentos pressionaria a produção do complexo protéico.

A defesa da idéia de que inexistente crise de oferta de alimentos e sim de renda dos consumidores é destacada por SILVA (1993), corroborando resultados de estudos anteriores como o de ALVES & VIEIRA (1978). O autor, a partir de pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), aponta que para orçamentos inferiores ao salário mínimo é insuficiente a aquisição de produtos alimentares com predomínio dos calóricos, tratando-se de problema mais quantitativo do que qualitativo.

Os vários autores que vêm tratando do tema alimentação, tanto no que se refere aos aspectos de produção e preços quanto aos do poder de compra da população menos favorecida, apontam para um quadro preocupante para o País no curto e longo prazos.

Este trabalho tem o objetivo de contribuir para esse debate, enfocando a evolução dos preços dos principais produtos que compõem a cesta básica da população de baixa renda *vis à vis* a evolução do salário mínimo, nas últimas duas décadas.

A hipótese é a de que os itens oferecidos ao consumo pelos complexos agroindustriais, com intenso grau de processamento, tiveram evolução de preços diferenciada em relação aos produtos *in natura*

e semi-elaborados e também em relação aos produtos de preços administrados.

## 2 - MATERIAL E MÉTODO

As séries de preços de varejo utilizadas neste estudo, compreendendo o período de 1972 a 1993, são coletadas e divulgadas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA). Para alguns produtos, entretanto, a série teve início em anos posteriores a 1972. Os dados de evolução do salário mínimo, para igual período, foram obtidos junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV). O conjunto de preços e salários foi deflacionado utilizando-se o IPC-FIPE, com base em dezembro de 1993 (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, 1993).

Uma cesta constituiu-se de 28 produtos alimentares, subdivididos em três grupos:

Grupo I: (produtos *in natura* e semi-elaborados) arroz, banana, carne bovina, carne suína, cebola, farinha de mandioca, feijão, laranja, ovos e tomate;

Grupo II: (produtos com preços administrados) açúcar, farinha de trigo, leite C, pão e pó de café; e

Grupo III: (produtos industrializados) café solúvel, frango, leite em pó, leite condensado, macarrão, margarina, massa de tomate, mortadela, bolacha, óleo de milho, óleo de soja, queijo prato e salsicha. Esta classificação buscou captar os efeitos do grau de industrialização e de intervenção sobre os preços dos produtos em nível de consumidor.

Utilizou-se, na análise comparativa, a despesa familiar mensal por grupo de alimentos, considerando uma família média de quatro pessoas e 4,33 semanas por mês<sup>8</sup>. As quantidades adquiridas são da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 1981/82, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo (FIPE/USP), tomando como referência a classe modal representada por orçamentos familiares de dois a seis salários mínimos (PESQUISA, 1982).

A utilização da POF de 1981/82 como parâmetro de quantidades constitui, sem dúvida, uma limitação ao estudo. A opção alternativa de aplicação das POFs mais representativas de cada subperíodo implicaria, necessariamente, na elaboração de ponderações, haja vista que a metodologia das POFs tem-se alterado significativamente.

Foram realizadas análises tabular e gráfica, complementadas com cálculo das taxas de crescimento através da utilização de modelo de regressão, cujos procedimentos e aplicação encontram-se em NEGRI NETO; COELHO; MOREIRA (1993 e 1994).

### 3 - RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise das despesas por grupo de alimentos indica tendência positiva na evolução dos gastos e por conseguinte dos preços (visto que na ponderação os níveis de quantidade permanecerem constantes ao longo do período, assim como na do salário mínimo) (Figura 1 e Tabela 1 do Anexo 1).

Tendência ascendente de preços dos alimen-

tos foi também constatada, entre outros, por ANEFALOS; FAGUNDES; VICENTE (1993) no período 1981-92. Utilizando como deflator o IPC-FIPE, esses autores constataram que os preços reais médios da maioria dos alimentos "foram superiores aos observados em 1981".

Aplicou-se aos dados de cada grupo e dos salários um modelo de regressão em relação ao tempo, o que permitiu a estimativa das taxas de crescimento anuais (Tabela 1). Optou-se, ainda, por utilizar dois subperíodos: 1976 a 1986 e 1986 a 1993. Tal subdivisão mostra-se necessária devido à amplificação das oscilações de preços verificadas pós-planos econômicos de estabilização.

Tomando por base o período completo, nos diferentes grupos de despesa, tem-se taxa de cresci-

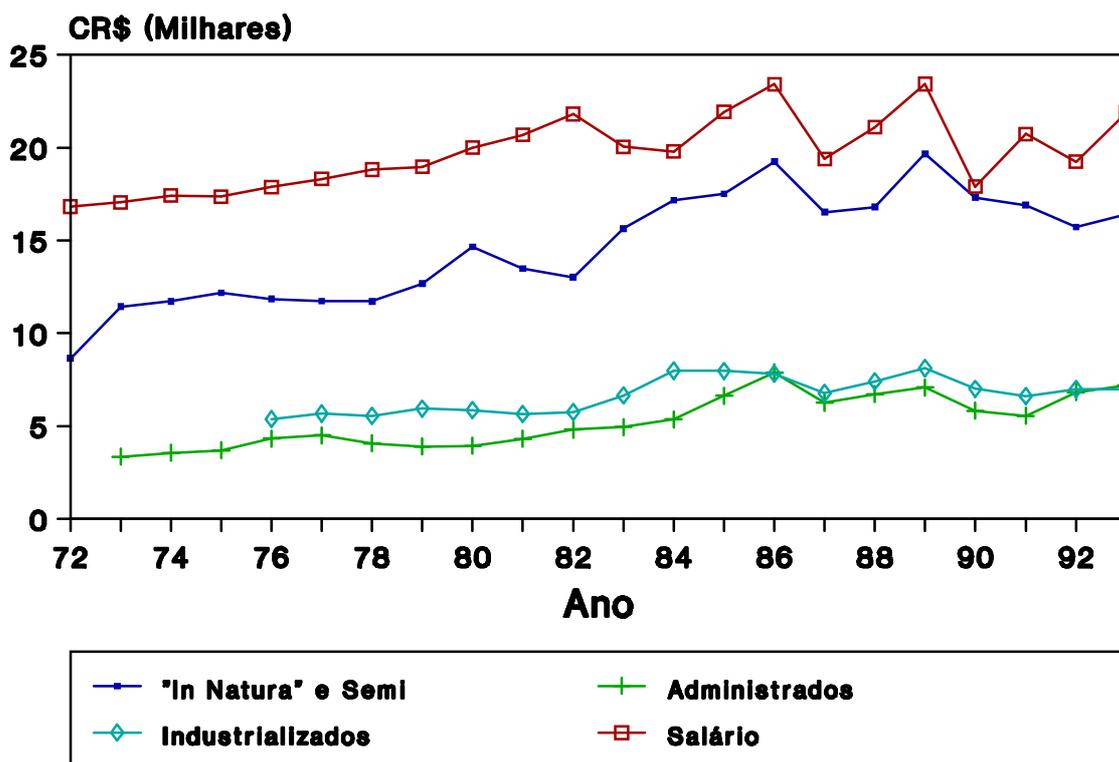


FIGURA 1 - Despesa Total por Grupo de Alimentos e Salário Mínimo, em Valor Real<sup>1</sup>, Município de São Paulo, 1972-93.

<sup>1</sup>Foi utilizado como deflator o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, base dezembro de 1993.

Fonte: Elaborada a partir de preços no varejo do INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (1993).

TABELA 1 - Taxa Anual de Crescimento Real<sup>1</sup> da Despesa, para Grupos de Alimentos, Total da Cesta e Salário Mínimo, por Subperíodo e Total, 1976-93

Item	1976 a 1993			1976 a 1986			1986 a 1993		
	Taxa (%)	Teste t	Sign. (%)	Taxa (%)	Teste t	Sign. (%)	Taxa (%)	Teste t	Sign. (%)
<i>In natura</i> e semi-elaborados	2,52	5,20	0,1	4,98	8,66	0,1	-1,43	-1,71	20
Administrados	3,63	5,82	0,1	5,56	5,27	0,1	0,50	0,32	
Industrializados	1,86	3,98	0,2	3,94	6,15	0,1	-1,52	-1,62	20
Total da cesta	2,58	5,67	0,1	4,84	8,63	0,1	-1,05	-1,29	30
Salário mínimo	0,66	1,84	10,0	1,77	2,98	1,0	-1,18	-1,34	30

<sup>1</sup>Foi utilizado como deflator o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, base dezembro de 1993.

Fonte: Elaborada a partir de preços no varejo do INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (1993).

mento positiva e significativamente superior à taxa verificada para o salário mínimo. No período 1976-93, o custo da cesta cresceu quase quatro vezes mais que os salários. Essa constatação mostra a deterioração das condições de acesso da população aos alimentos.

O grupo dos industrializados apresentou, comparativamente, a menor taxa face aos demais grupos. Constatou-se que o grupo de produtos com preços administrados apresentou a maior taxa de crescimento, quando o esperado seria uma evolução mais moderada, tendo em vista que um dos argumentos utilizados para a intervenção era que, por se constituírem em gêneros de primeira necessidade e pelo peso específico de cada item na cesta básica da população, seus preços deveriam ser controlados.

Face aos resultados inesperadamente elevados desse grupo, analisou-se, também, a evolução dos preços produto a produto no período em questão. Notou-se que, com exceção do pão francês, os demais produtos de preços administrados apresentaram individualmente elevadas taxas de crescimento dos preços reais, oscilando entre 4,07% para o leite C e 5,96% para o açúcar.

Os resultados do estudo dão indicações de que as agroindústrias e indústrias alimentares não foram as principais responsáveis pelo encarecimento

da cesta de alimentos selecionada. Tal fato já foi apontado por MAIA et alii (1985) em análise de quinze pares de produtos análogos selecionados (*in natura* e processados). Para seis desses produtos processados a evolução dos preços mostrou-se menos acentuada que para os produtos *in natura* para o período 1979-83. Além disso, os processados, de um modo geral, apresentaram oscilações menos acentuadas de preços em relação aos produtos não processados.

No primeiro subperíodo, 1976-86, foi acentuada a evolução de preços. O gasto com a cesta selecionada cresceu, em termos reais, à taxa de 4,8% a.a. e com o grupo dos produtos administrados, 5,6% a.a. Apresentando a mesma tendência verificada para o período como um todo, o gasto com produtos industrializados cresceu, entretanto, à taxa de 3,9% a.a. neste subperíodo, ficando atrás dos demais grupos da cesta. No primeiro subperíodo, entretanto, verifica-se menor disparidade de crescimento da cesta total em relação ao salário mínimo (2,7 vezes).

No segundo subperíodo, 1986-93, os índices de significância estatística são baixos, não se podendo afirmar, portanto, que as taxas de crescimento sejam diferentes de zero. A amplificação das oscilações dos preços com a intensificação do processo inflacionário

é, em parte, responsável por essa ausência de tendência definida. O debate sobre os preços dos alimentos, nesse período mais recente, pode não ter captado aspectos dessa evidência. ANEFALOS; FAGUNDES; VICENTE (1993), por exemplo, concluem que "entre 1990 e 1992, os preços no varejo dos produtos provenientes de setores mais competitivos apresentaram queda, enquanto que os oriundos de outros mais oligopolizados tenderam a subir".

Nesse sentido PORTO (1993), analisando o comportamento dos preços de diferentes produtos alimentares, entre dezembro de 1991 e dezembro de 1992, verificou que as variações não eram explicadas "nem pelo custo de produção, nem pelo grau de monopólio ou mesmo por pressões da demanda". A autora conclui que devido às altas taxas de inflação os preços estiveram "enlouquecidos", com os produtores desconhecendo seus custos, os consumidores totalmente desorientados e os comerciantes envolvidos num processo de ajuste de preços baseado em tentativa e erro.

Algumas considerações complementares se fazem necessárias. As menores taxas de crescimento dos preços dos produtos industrializados não implicam, necessariamente, em redução da margem de lucro da indústria de alimentos. Tal resultado pode ter sido obtido através de pressões para baixo sobre os preços reais pagos aos produtores (para o caso da produção integrada) ou redução dos custos devido a programas de modernização tecnológica e de reorganização gerencial e administrativa das empresas (reestruturação agroindustrial). Nesse caso, menores taxas de crescimento anual dos preços dos produtos industrializados seriam compatíveis com a manutenção e mesmo ampliação das margens de lucro propiciada pela situação de oligopólio.

A intensificação da produção rural integrada tem promovido surpreendente crescimento na produtividade, com significativa redução nos custos finais. Setores como avicultura, oleaginosas e olerícolas, destinadas a conservas, foram impactados por novas tecnologias e crescimento da competitividade que têm promovido profundas reestruturações setoriais (BANCO, 1988).

A redução dos preços recebidos pelos produtores foi constatada por ANEFALOS, FAGUNDES; VICENTE (1993): "preços reais de produtos

domésticos analisados, deflacionados pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI/FGV), caíram entre 32% e 66% em nível do produtor durante a década de 80... o mesmo comportamento foi observado nos (preços dos) produtos exportáveis... pelo grupo dos administrados, os preços médios ao produtor caíram aproximadamente 50% durante a década de 80, com pequena elevação no começo da década de 90". Ao utilizarem, ainda, o deflator Índice Geral de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, do Instituto de Economia Agrícola (IPP-IEA) observaram situação menos desfavorável para os agricultores entre 1981-92, apesar da tendência prevalecente ser declinante.

## 5 - CONCLUSÕES

Quando se compara a evolução real do salário mínimo com as despesas de consumo, verifica-se que as condições de acesso aos alimentos por parte da população de baixa renda (classe de renda entre dois e seis salários mínimos) deterioraram-se acentuadamente no período analisado, com crescimento real dos preços de todos os grupos de produtos acima da evolução do salário mínimo. A comparação das taxas de crescimento das despesas por grupos de produtos, entretanto, mostrou grande disparidade.

Em relação ao grupo de produtos com preços administrados, o estudo indica uma ação paradoxal do governo ao regulamentar os preços de alguns dos produtos importantes da cesta básica da população de baixa renda, uma vez que suas taxas de crescimento evoluíram mais aceleradamente que a dos demais grupos de produtos. Observa-se, por outro lado, que a política para o salário mínimo também não foi capaz de manter o poder aquisitivo da população no período analisado. Dessa forma, essas duas políticas governamentais não tiveram os efeitos que era de se esperar no sentido de contribuir para a melhoria do nível de vida da população de baixa renda.

O grupo dos produtos *in natura* e semi-elaborados também teve crescimento acentuado de preços, ainda que inferior ao de produtos administrados em todo o período analisado.

A análise, por outro lado, indica não serem os produtos industrializados os responsáveis pelo encarecimento dos alimentos do conjunto da cesta

selecionada. Porém, como discutido no item anterior, esse comportamento decorre da adoção de estratégias empresariais do setor de alimentos visando a manutenção e até a expansão da lucratividade, mesmo com menor taxa de crescimento de preços dentre os grupos. As empresas têm atuado, progressivamente, com melhores índices de produtividade, com pauta mais diversificada e diferenciada de produtos e, principalmente, com a ampliação dos mercados, garantindo, provavelmente, o sucesso dessas estratégias. A evolução mais moderada de preços na indústria de alimentos induz, paulatinamente, à substituição dos gêneros alimentares tradicionais por industrializados, contribuindo, ainda, para que o mercado interno integre-se ao mercado global, no qual cresce a tendência pela padronização da dieta.

Especialmente, no segundo subperíodo (1986-93) não foi possível observar tendência definida na evolução dos preços. Nesse período, ocorreu

uma perda de referência dos agentes econômicos sobre parâmetros básicos para a formação de seus preços, que resultou em descontrole em termos de preços e qualidade. Esse comportamento é consequência dos sucessivos planos de ajuste econômico e de seus insucessos na contenção do processo inflacionário.

Em decorrência da evolução geral dos preços e salários agravaram-se as condições de vida da população e de acesso aos alimentos básicos para uma dieta em quantidades adequadas do ponto de vista nutricional. Nesse sentido, os atuais esforços empreendidos pela sociedade civil em mobilizar-se contra a fome no País mostram-se extremamente oportunos porquanto aumentam o grau de conscientização popular, além de representar uma ação emergencial importante, ainda que longe de se constituir em uma solução definitiva para a questão da fome, que envolve um conjunto de ações econômicas e políticas.

## NOTAS

<sup>1</sup>Este trabalho é parte integrante do Projeto SPTC 16-030/92: "Evolução da Disponibilidade e Custo da Alimentação no Brasil, nas décadas de 70 e 80". Recebido em 18/03/94. Liberado para publicação em 15/04/94.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>3</sup>Economista, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>4</sup>Engenheiro Agrônomo, DS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>5</sup>Economista, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>6</sup>Os dados disponíveis da fonte consultada são irregulares, sendo omitidos para os anos de 1971-72.

<sup>7</sup>"Passando obrigatoriamente pela articulação e bom funcionamento dos cinco mercados envolvidos no agribusiness: o suprimento; a unidade de produção propriamente dita; o processamento e transformação; o armazenamento e distribuição, e finalmente, o consumidor" (NEVES, 1992).

<sup>8</sup>Utilizou-se para o cálculo da despesa familiar, por grupo de produtos, quatro pessoas como tamanho médio da família que corresponde à classe geral da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 1981-82, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo (FIPE/USP). Esse procedimento não afeta os resultados, seja em termos de tendência, seja em termos das taxas de crescimento obtidas.

## LITERATURA CITADA

- ALVES, Edgard L.G. & VIEIRA, José L.M. Evolução do padrão do consumo alimentar da população da cidade de São Paulo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, RJ, 8(3):727-756, dez. 1978.
- ANEFALOS, Lilian C.; FAGUNDES, Lúcio; VICENTE, José R. Evolução de preços de produtos agrícolas em níveis de produtor, atacado e varejo na década de 80. **Informações Econômicas**, SP, 23(11):9-27, nov. 1993.
- BALANÇO E DISPONIBILIDADE INTERNA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM VEGETAL, 1986 A 1990. Rio de Janeiro, FGV, 1978-1991.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Mudanças estruturais nas atividades agrárias**: uma análise das relações intersetoriais no complexo agroindustrial brasileiro. Rio de Janeiro, BNDES, 1988. 128p.
- CENSO DEMOGRÁFICO, 1991: sinopse. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Preços no varejo para a cidade de São Paulo; IPC-FIPE/USP e salário mínimo. **Rede Novel**, 1993.
- MAIA, Maria Lúcia et alii. Alimentos in natura versus processados: uma análise de preços. **Boletim do ITAL**, Campinas, 22(1):19-66, jan./mar. 1985.
- MALUF, Renato S. O encarecimento dos alimentos no Brasil. **Conjuntura Alimentos**, SP, 4(1):28-30, maio 1992.
- MELO, Fernando Homem de. O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. **Revista de Economia Política**, SP, 10(3):22-30, jun./set. 1990.
- NEGRI NETO, Afonso; COELHO, Paulo J.; MOREIRA, Irene R. de O. Análise gráfica e taxa de crescimento. **Informações Econômicas**, SP, 23(10): 99-108, out. 1993.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Cálculo da taxa de crescimento por meio de planilha eletrônica. **Informações Econômicas**, SP, 24(4):27-38, abr. 1994.
- NEVES, Evaristo M. O alimento como bem-de-salário nos grandes centros urbanos: um grande desafio. **Conjuntura Alimentos**, SP, 4(3):25-32, out. 1992.
- PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF). São Paulo, USP/FIPE, 1982.
- PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (PBQP) - Subprograma setorial: agroindústria. GT - Geração e difusão tecnológica, Termo de Referência. São Paulo, ABIA, 1992. 24p.
- PORTO, Cornélia N. A bússola pirou. **Informações FIPE**, SP, (150):9-11, mar. 1993.
- SILVA, José G. da. Distribuição de renda, preços dos alimentos e padrão de desenvolvimento agrícola. **Conjuntura Alimentos**, SP, 5(2):38-55, jun. 1993.
- VEIGA, José E. da. Alimentação e custo de vida. **Informações FIPE**, SP, (160):23-26, jan. 1994.
- \_\_\_\_\_. **Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola**. São Paulo, USP/FEA, s.d. mimeo.

**PREÇOS DE ALIMENTOS E RENDA DO CONSUMIDOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

**Anexo 1**

TABELA A.1.1 - Despesa Real por Grupo de Alimentos e Salário Mínimo, Cidade de São Paulo, 1972-93<sup>1</sup>

(em CR\$)

Ano	<i>In natura</i> e semi-elaborados	Administrados	Industrializados	Total cesta	Salário mínimo
1972	8.650,02	...	...	...	16.819,38
1973	11.434,55	3.364,05	...	...	17.042,77
1974	11.720,80	3.568,73	...	...	17.411,70
1975	12.169,44	3.692,76	...	...	17.364,04
1976	11.853,14	4.330,37	5.390,99	21.574,50	17.873,98
1977	11.730,95	4.504,11	5.684,32	21.919,38	18.320,57
1978	11.723,27	4.079,30	5.546,10	21.348,67	18.809,33
1979	12.674,93	3.916,53	5.954,76	22.546,22	18.950,16
1980	14.649,82	3.932,97	5.850,78	24.433,56	19.998,72
1981	13.482,55	4.306,27	5.662,30	23.415,13	20.690,68
1982	13.015,36	4.816,10	5.770,36	23.601,82	21.798,90
1983	15.635,85	4.956,01	6.653,45	27.245,31	20.045,36
1984	17.158,94	5.361,54	7.982,94	30.503,42	19.790,58
1985	17.506,16	6.631,71	7.975,98	32.113,85	21.915,18
1986	19.239,30	7.875,06	7.819,34	34.933,70	23.405,73
1987	16.518,72	6.266,89	6.778,47	29.564,08	19.389,75
1988	16.800,53	6.716,57	7.418,01	30.935,12	21.096,36
1989	19.657,91	7.080,98	8.120,82	34.859,71	23.415,51
1990	17.308,19	5.829,70	7.012,35	30.150,24	17.892,23
1991	16.891,38	5.545,79	6.612,89	29.050,07	20.724,47
1992	15.717,83	6.820,53	7.007,19	29.545,56	19.234,86
1993	16.422,49	7.195,32	7.009,40	30.627,22	21.874,64

<sup>1</sup>Foi utilizado como deflator o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo, base dezembro de 1993.

Fonte: Elaborada a partir de preços no varejo do INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (1993).